

# Profissionais podem realmente promover justiça ocupacional?<sup>§</sup>

Elizabeth Townsend<sup>a</sup>, Rebecca Marval<sup>b</sup>

<sup>a</sup>PhD, OT(C), Reg. PEI, FCAOT, Professor Emerita, School of Occupational Therapy Dalhousie University, Halifax, Nova Scotia, and Adjunct Professor, University of Prince Edward Island, Charlottetown, Prince Edward Island

<sup>b</sup>BSc (OT), OT(C), Reg. NS, Occupational Therapist, Mobile Outreach Street Health (MOSH) Program, Halifax, Nova Scotia, and Tutor in the entry-level MSc (Occupational Therapy) program at Dalhousie University, Halifax, Nova Scotia, Canada

Artigo de  
Reflexão

**Resumo:** Onde a injustiça cotidiana – injustiça ocupacional – persiste, profissionais das áreas social e de saúde têm obrigação profissional, moral e ética de reduzir tal injustiça para com os membros da sociedade, tanto para os necessitados como para os privilegiados. *Mas os profissionais são realmente capazes de promover justiça ocupacional?* Este estudo reflexivo leva seus leitores a uma viagem para responder, de forma otimista: *talvez*. A abordagem analítica resume-se na preparação para o delineamento de como e quando o despertar para a injustiça ocupacional começou. Prossegue destacando recursos, a saber, um filme no YouTube: *Estendendo a mão: a atual terapia ocupacional ativista* e referências em língua inglesa selecionadas da ciência ocupacional e terapia ocupacional que apresentam um emergente banco de dados para seis práticas de justiça ocupacional com base em alguns grupos populacionais, as quais podem ser enriquecidas com recursos em outras línguas e campos. A viagem termina com reflexões a respeito das complexas relações de poder que requerem meticulosa atenção por parte dos profissionais que pretendem promover justiça ocupacional.

**Palavras-chave:** *Reflexividade Crítica, Geração de Conhecimento, Ciência Ocupacional, Prática Profissional.*

## Can professionals actually enable occupational justice?

**Abstract:** Where everyday injustice – occupational injustice – persists, health and social professionals have an ethical, moral and professional obligation to reduce injustice with and for destitute as well as privileged members of society. *But can professionals actually enable occupational justice?* This reflective paper takes readers on a journey toward optimistically responding *maybe*. The analytic approach is summarized in preparation for tracing when and how the awakening to occupational injustice began. It continues by highlighting resources – namely a YouTube film: *Reaching Out: Today's Activist Occupational Therapy* and selected English language references from occupational science and occupational therapy that display an emerging knowledge bank for six population-based occupational justice practices which could be enriched with resources in other languages and fields. The journey ends with reflections on the complex professional power relations that need careful attention by professionals who intend to enable occupational justice.

**Keywords:** *Critical Reflexivity, Knowledge Generation, Occupational Science, Professional Practice.*

<sup>§</sup> Apresenta-se aqui a versão em português do texto “Can professionals actually enable occupational justice?”. Tradução de Ricardo Petrilli. Revisão da Profa. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano, Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos, Bolsista CNPq de Pós-doutorado no Exterior, sob a supervisão das Profas. Dras. Lilian Magalhães e Elizabeth Townsend.

Onde a injustiça cotidiana – injustiça ocupacional – persiste, profissionais das áreas social e de saúde têm obrigação profissional, moral e ética de reduzir tal injustiça para com os membros da sociedade, tanto para os necessitados como para os privilegiados. *Mas os profissionais são realmente capazes de promover justiça ocupacional?* Este estudo reflexivo leva seus leitores a uma viagem para responder, de forma otimista: *talvez*. A abordagem analítica resume-se na preparação para o delineamento de como e quando o despertar para a injustiça ocupacional começou. Prossegue destacando recursos, a saber, um filme no You Tube: *Estendendo a mão: a atual terapia ocupacional ativista* e referências em língua inglesa selecionadas da ciência ocupacional e terapia ocupacional que apresentam um emergente *banco de dados* para seis práticas de justiça ocupacional com base em grupos populacionais, podendo se relacionar com as práticas de terapia ocupacional social na América do Sul (GALHEIGO, 2011a). O potencial para geração de conhecimento para enriquecer este banco é ilimitado em muitos campos e línguas. A viagem termina com reflexões a respeito das complexas relações de poder que requerem meticulosa atenção por parte dos profissionais que pretendem promover justiça ocupacional.

Antes de delinear o despertar para a injustiça ocupacional, este estudo orienta seus leitores ao pensamento reflexivo e crítico inspirado particularmente pela etnografia institucional (EI) de Dorothy Smith (2005, 2006), embora o estudo não relate uma etnografia institucional específica. Congruente com a EI, a viagem começa a partir de uma consciência de que todos os seres humanos têm uma perspectiva corporal do mundo cotidiano de conhecer muitas ocupações – quando se define ocupação de forma ampla, como tudo aquilo que indivíduos, grupos ou comunidades experimentam em todo lugar e a toda hora em suas vidas ocupacionais (CLARK, 1997; HASSELKUS, 2002; WILCOCK, 1993, 1998a), ao invés de limitar a definição a categorias objetivadas de trabalho em estatísticas econômicas ou governamentais, como tipicamente se dá em todo o mundo (JARMAN, 2010). Os interesses fundamentais dessa viagem estão na mudança social para reduzir a injustiça cotidiana, e não na justiça da punição ou práticas individualizadas com indivíduos que procuram novos sentidos nas ocupações (BORELL et al., 2012; HASSELKUS, 2002), quando suas vidas pessoais lhes parecem injustas. Reflexões a respeito de como viabilizar a justiça ocupacional deixam preocupações sobre a prática baseada em evidências, para pessoas que possam estar interessadas em medir injustiça diante

de marcadores biomédicos de ocupações (MERNAR, 2006) ou avaliar os resultados de projetos baseados em ocupações (ARTHUR; LALANDE, 2009). Em vez disso, o estudo registra o despertar para a injustiça ocupacional e emoldura recursos selecionados para conscientizar (FREIRE, 1985) e induzir à rápida reflexividade epistêmica (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). A reflexividade é encorajada para refletir-se sobre intenções ideológicas tais como a promoção de justiça ocupacional à luz das relações *institucionais* de poder (SMITH, 2006), que norteiam como e por que profissionais de fato *podem* ou *não podem* promover justiça ocupacional. A partir de uma perspectiva corporal do mundo cotidiano para conhecer suas ocupações, poderíamos apresentar as seguintes questões crítico-reflexivas sobre a viabilização da justiça ocupacional: Como os profissionais integram (ou não) teorias conceituais em situações de práticas reais? Por que os profissionais pretenderiam (ou não) promover justiça ocupacional quando ela não se encontra de fato consolidada, ou não pode ser explicada por evidências documentadas, como estatísticas e direcionamento da carga horária de trabalho para reduzir a injustiça ocupacional? Como, onde e quando poderiam os profissionais trabalhar juntos, isto é, colaborar na promoção da justiça ocupacional, e quais são os desafios? O que poderiam os profissionais realmente fazer quanto à educação, habitação, emprego e outras *instituições* (SMITH, 2006) para mudar as políticas, o financiamento e as leis que contribuem para a organização rotineira da injustiça ocupacional e para práticas profissionais?

## 1 O despertar para a injustiça ocupacional

Pode-se delinear o despertar para a injustiça ocupacional através da vasta literatura sobre os conceitos relacionados, incluindo (mas não limitando) sobre participação, saúde, cidadania, poder, estratégias para divisão de poder, prática centrada no cliente, risco e mudança social. Em resumo, houve um crescente nas pesquisas ao longo do último século com evidências e críticas a uma forte relação entre participação no mundo cotidiano e saúde individual e pública (WORLD..., 1986). Há mais de 30 anos, a pesquisa, sob uma perspectiva profissional de saúde, tem analisado como a saúde pode ser influenciada e influenciar o que as pessoas fazem no mundo cotidiano (CHRISTIANSEN; TOWNSEND, 2010; WHITEFORD; WRIGHT-ST CLAIR, 2005; WILCOCK, 1993, 1998a, 2005a; WILCOCK; TOWNSEND, 2014). Além disso, viram-se nas

últimas décadas volumes de pesquisa em saúde e em outras áreas explorando as relações entre os conceitos de participação, saúde e cidadania com críticas de poder que sugerem com maior eficácia quando profissionais se envolvem no *fazer com* participantes (por exemplo, pacientes, clientes, comunidades, populações, residentes) ao invés de *fazer para ou por* aqueles que se dedicam a serviços profissionais (ASTON et al., 2009; TOWNSEND, 1998a; WILCOCK, 1998a). Na última década, prosseguiu a conscientização e a reflexão crítica a partir de uma perspectiva ocupacional, por exemplo, questionando as influências das ocupações na saúde física, mental e espiritual (BRYANT, 2010; BRYANT et al., 2011; MARMOT et al., 2012; PRODINGER et al., 2012; PUUMALAINEN, 2011; WILCOCK, 2006; WILSON et al., 2008).

Existem séculos de literatura emoldurando a consciência global de que o envolvimento cívico (WORLD..., 1986) beneficia a saúde quando as pessoas são desafiadas, delegadas e engajadas em participar de algo que transcenda os problemas individuais (FOX; QUINN, 2012; FOSTER-FISHER; PIERCE; VAN EGEREN, 2009; BESS et al., 2009; WORLD..., 1998). Explorações de uma perspectiva ocupacional de cidadania abrangeram ideias de amplo alcance sobre a redução da injustiça, como demonstrado nos capítulos do livro *Terapia ocupacional sem fronteiras: rumo a uma ecologia de práticas baseadas em ocupação (Occupational Therapy Without Borders: Towards an Ecology of Occupation-Based Practices)* (KRONENBERG; POLLARD; SEKELLARIOU, 2011). Análises críticas da sociedade ressaltam que os impactos sobre a saúde, a participação e a cidadania dependem muito dos chamados *determinantes sociais de saúde*, tais como educação, renda ou as redes sociais de apoio (MARMOT et al., 2012; RAPHAEL; CURRY-STEVENSON, 2009). Sabe-se que os determinantes sociais de saúde são geridos por instituições sociais (SMITH, 2006), que são regidas por práticas conceituais de poder. O poder é incorporado conceitualmente nas políticas, no financiamento e nas leis que de fato regulamentam o que pode ser feito (SMITH, 1990). Por exemplo, o financiamento e as leis municipais para habitação podem incentivar o desenvolvimento habitacional de alto custo regido pelo conceito de *melhoria do bairro*, apesar da necessidade urgente de moradias populares para moradores de baixa renda (TOWNSEND et al., 2009). Dito de outro modo, políticas institucionais e outras governanças criam, perpetuam e normalizam a exclusão de determinados grupos que não se

inserem nos padrões da sociedade (PEREIRA; WHITEFORD, 2012).

O despertar global para a participação restrita, a cidadania limitada e a exclusão social, mais para alguns do que para outros, é congruente com o despertar para a injustiça ocupacional nos campos da ciência ocupacional e da terapia ocupacional. Desde os primórdios da ciência ocupacional nos Estados Unidos e na Austrália, há 30 anos (YERXA et al., 1990; ZEMKE; CLARK, 1996; WILCOCK, 1993), um renascimento do interesse pela ocupação (WHITEFORD; TOWNSEND; HOCKING, 2000) tem levado a perspectivas interdisciplinares sobre ocupação, cada vez mais com ideias ampliadas e interesses morais e globais explícitos (FRANK, 2012; RUDMAN et al., 2008).

O despertar para de fato publicar injustiça ocupacional como uma nova terminologia na ciência ocupacional ocorreu em um diálogo internacional entre a primeira autora e a Dra. Ann Wilcock com vistas a um mundo ocupacional mais justo (WILCOCK; TOWNSEND, 2000; TOWNSEND; WILCOCK, 2004a). Quando elas se encontraram por acaso na Austrália, Wilcock (1993, 1998a, b) vinha desenvolvendo uma perspectiva ocupacional de saúde, participação, cidadania, justiça e privação ocupacional (HOCKING, 2012). No Canadá, Townsend vinha levantando análises críticas das relações institucionais que determinam se profissionais podem ou não promover estratégias de desenvolvimento de poder e justiça social através do chamado engajamento centrado no cliente. Juntas, elas começaram a apresentar e divulgar os conceitos relacionados com a justiça e a injustiça ocupacional

[...] para trazer ao conhecimento público as injustiças que persistem quando a participação nas ocupações é barrada, limitada, segregada, proibida, subdesenvolvida, interrompida, alienada, marginalizada, explorada, excluída ou no mínimo restrita. (TOWNSEND; WILCOCK, 2004a, p. 77).

Simplificando, os conceitos de justiça e injustiça ocupacionais ofereceram uma nova linguagem e um conjunto de crenças, valores e ideias para explorar as condições que restringem a participação cotidiana e a cidadania no que Wilcock conceitualmente descreveu como *fazer, ser, tornar-se e pertencer* através da ocupação (WILCOCK, 1998a, b, 2006; TOWNSEND; WHITEFORD; HOCKING, 1998; TOWNSEND; WILCOCK, 2004b). Com o reconhecimento da referência problemática para a realização de ocupações e as complexidades da justiça, o pensamento sobre a injustiça ocupacional incitou

ideias sobre participação restrita em situações que limitam o *fazer* da realização de reais ocupações – por exemplo, por conta de recursos limitados, políticas rígidas ou outras forças além das limitações impostas pelos impedimentos corporais<sup>1</sup>. A participação restrita também foi considerada ocorrente em situações que limitam o *ser* e *tornar-se* plenamente humano através do envolvimento em ocupações cotidianas que tocam o espírito humano individual e coletivo e estimulam uma noção de significado. Além disso, as experiências cotidianas de injustiça foram reconhecidas em situações onde as condições institucionais (sistêmicas) rotineiramente restringem algumas pessoas do *pertencer*, à medida que tentam participar e serem incluídas nas ocupações típicas de uma sociedade.

O despertar para a injustiça *ocupacional* para além da injustiça *social* foi o de identificar as disparidades ocupacionais de populações particulares. Sabendo que os diálogos sobre essa questão precisam continuar, Stadnyk, Townsend e Wilcock (2010) esclarecem o ponto de divergência entre justiça ocupacional e social como diferentes pontos de defesa. Enquanto a justiça social defende o “[...] acesso equitativo às oportunidades e recursos para reduzir as diferenças de grupo” (p. 347), a justiça ocupacional defende o “[...] acesso diferenciado às oportunidades e recursos para reconhecer as diferenças individuais resultantes da biologia e da interação humanas com o ambiente natural e humano.” (p. 348). Porque ocupação e justiça precisam ser definidas de forma diferente em diferentes contextos, Townsend e Wilcock resistiram em criar uma definição única. Ao invés disso, elas ofereceram uma *Teoria Exploratória de Justiça Ocupacional* (TOWNSEND; WILCOCK, 2004b, p. 250-251) para induzir um diálogo sobre as crenças e princípios centrais a respeito de ocupação, justiça e injustiça.

A visão, neste estudo, do conhecimento da ocupação como experiências corporais, comuns e cotidianas é outra maneira de articular a ideia central da *Teoria Exploratória*: a crença de que todos os seres humanos são seres ocupacionais. A crença na natureza essencial, ocupacional do ser humano estende-se à crença de que os seres humanos participam individual e coletivamente em ocupações como seres interdependentes, que também são agentes autônomos. Vivendo de forma diferente em diferentes contextos sociais, culturais e políticos, os seres humanos experimentam diversas influências em sua educação, trabalho, casa e outras ocupações, assim como no desenvolvimento de suas diversas possibilidades em participar, independentemente de

idade, sexo, sexualidade, raça etc (KANTARTZIS; MOLINEUX, 2011).

Em 2010, a *Teoria Exploratória* (WILCOCK; TOWNSEND, 2004b) tinha evoluído para *Ferramentas de Trabalho de Justiça Ocupacional* (STADNYK; TOWNSEND; WILCOCK, 2010), com quatro resultados de injustiça ocupacional estabelecidos para distinguir entre *desequilíbrio ocupacional*, *privação ocupacional*, *marginalização ocupacional* e *alienação ocupacional* (p. 338). Outros elementos adicionados às *Ferramentas de Trabalho* de 2010 foram os importantes determinantes estruturais e contextuais da justiça e injustiça ocupacionais, que se assemelham aos determinantes sociais de saúde, com preocupações adicionais sobre a restrição do potencial dos seres humanos como seres ocupacionais quando em condições restritas. Agora, um *Questionário de Justiça e Saúde Ocupacionais* exploratório (QJSO) (WILCOCK; TOWNSEND, 2014, p. 548-549) está sendo testado com uma lista de verificação estruturada para reflexão crítica por parte daqueles interessados na viabilização da justiça ocupacional ou direitos ocupacionais<sup>2</sup>.

Ao delinear o despertar para a injustiça ocupacional é necessário reconhecer a inspiração extraída de grandes publicações internacionais sobre justiça social e direitos humanos – cinco das quais são aqui observadas devido a sua estrutura global. A Declaração de Direitos Humanos da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU, 1948) destaca-se como uma referência universal do direito humano de participar na vida cotidiana com cidadania plena, independentemente de capacidade, cultura, idade, raça, religião e outras diferenças. A declaração das Nações Unidas ecoa em muitas iniciativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), notadamente na Carta de Ottawa para a Promoção da Saúde (WORLD..., 1986, 1998), publicada quase 40 anos após a Declaração da ONU (1948). Ao refletir sobre as ideias fundamentais sobre injustiça ocupacional, há muito a aprender com o apelo dessa Carta para *defender* a saúde como um recurso a ser alcançado na vida cotidiana de todos, não só daqueles que são privilegiados na sociedade, *possibilitando* o desenvolvimento de um ambiente de apoio para se alcançar a equidade em saúde e para *somar* esforços àqueles presentes na discussão sobre os determinantes sociais de saúde.

Inspiração para explorar injustiça ocupacional também pode ser encontrada nos escritos da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) (2010), a mais antiga organização de saúde pública



do mundo – desde 1902, que tem exigido o uso de tratados internacionais para facilitar a obtenção de saúde para grupos populacionais vulneráveis. Dentro da terapia ocupacional, a Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais (WFOT) confirmou interesse dessa profissão na injustiça ocupacional através da construção de relações oficiais com a OMS, desde 1959, e do endosso à Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas. A WFOT apoiou publicamente os esforços para fazer avançar a justiça ocupacional em uma Declaração de Posicionamento sobre Direitos Humanos (2006, p. 1)<sup>3</sup>, cujo primeiro princípio é “as pessoas têm o direito de participar de uma gama de ocupações que lhes permitam florescer”.

Uma quinta influência internacional no despertar para a injustiça ocupacional tem sido a *Abordagem das Capacidades*, articulada pelos escritos de Sen (2005, 2009) sobre o desenvolvimento social e de Nussbaum (2003, 2004, 2006, 2007) sobre as *Ferramentas de Trabalho das Capacidades Humanas*. Parece haver uma forte convergência na qual tanto as ferramentas de justiça ocupacional quanto as de justiça das capacidades enfatizam a necessidade de engajamento humano na vida cotidiana para desenvolver capacidades. Ambas extraem lições para mudanças estruturais que podem promover o desenvolvimento social e econômico através do desenvolvimento da responsabilidade social, da governança para promover inclusão social e dos direitos universais (TOWNSEND, 2012). A divergência está na organização e linguagem dessas ferramentas, que se originam em diferentes órgãos de pesquisa. Análises na literatura que utilizam as *Ferramentas de Trabalho de Justiça Ocupacional* giram em torno dos quatro tipos de participação ocupacional restrita e anteriormente mencionadas: alienação ocupacional, privação ocupacional, desequilíbrio ocupacional e marginalização ocupacional, além do *apartheid* ocupacional (KRONENBERG; POLLARD; SEKELLARIOU, 2011). Análises utilizando as *Ferramentas de Trabalho de Capacitações Humanas* giram em torno de extensa crítica das condições éticas, morais, sociais e econômicas para um ser plenamente humano.

Em suma, o despertar para a injustiça ocupacional até hoje tem sido o de nomear esse conceito e conceitos relacionados e explorar as crenças, valores e ideias centrais da ciência ocupacional e fontes internacionais. A inspiração vinda de ONU, OMS, OPAS, WFOT e dos documentos das *Ferramentas de Trabalho de Capacitações Humanas* tem sido particularmente

útil com relação a grandes temas, que vão desde a participação até os recursos humanos.

## 2 Recursos para o desenvolvimento de práticas de justiça ocupacional

Um dos estímulos sugeridos para *práticas* de justiça ocupacional é um recurso audiovisual – um filme do YouTube, *Estendendo a mão: a atual terapia ocupacional ativista* (TOWNSEND; SANDIFORD, 2012)<sup>4</sup>. O filme ilustra duas práticas com comentários históricos (FRIEDLAND, 2011) sobre as fundações ativistas da terapia ocupacional canadense. Sem nomear justiça ou injustiça ocupacional, o filme emoldura uma prática de terapia ocupacional que enfatiza o *aprender fazendo* experimental em uma Equipe Móvel de Saúde nas Ruas em Halifax, Nova Escócia, Canadá. Ilustra abordagens baseadas em ocupação relativas à participação, cidadania e aprendizagem *com* a população de rua. A outra prática emoldura uma iniciativa de liderança em *sistemas de conexão* – chamados *instituições* neste estudo – para coordenar respostas da comunidade, dos profissionais e do governo às questões de saúde mental grave, não frequência à escola e de dependência de drogas de um segmento de jovens, em todo o território Nunavut no Canadá. O diálogo incitado pelo filme poderia tomar várias direções, uma das quais poderia ser a de refletir criticamente sobre adaptar ou construir aquelas práticas.

Outro incentivo sugerido é o de reunir literatura para enriquecer o diálogo sobre o filme ou outros recursos. Uma pesquisa *on-line* foi realizada através do *World Cat* para encontrar títulos ou resumos em inglês, principalmente em artigos de revistas avaliados por assessores ad-hoc, mas também em revistas sobre prática em terapia ocupacional, utilizando as palavras-chave justiça ocupacional ou injustiça ocupacional, com um desvio para rastrear os trabalhos sobre privação ocupacional e livros de terapia ocupacional atuais. É óbvio para os leitores que conhecem projetos e pesquisas globais baseados em justiça que pesquisas bibliográficas usando principalmente duas palavras-chave em artigos de periódicos avaliados por pares são apenas um ponto de partida e que a busca por este estudo pode estar incompleta. Uma palavra-chave adicional ou a busca manual por relatórios, livros e outros documentos em qualquer campo e idioma poderia aprofundar a pesquisa aqui relatada. Uma pesquisa mais extensa pelo termo justiça ocupacional poderia incluir palavras-chave que, em inglês ou

outras línguas, referem-se a preocupações com a injustiça rotineira e cotidiana expressa num contexto ocidental como privação ocupacional, alienação ocupacional, desequilíbrio ocupacional, marginalização ocupacional, desenvolvimento de capacidades, justiça social, mudança social, prática crítica ou radical, desenvolvimento comunitário etc.

Um dos resultados da pesquisa foi o de reunir as três ferramentas de trabalho da prática da justiça ocupacional mais acessadas *on-line*, ligando teoria e prática. A mais desenvolvida delas (DUROCHER; GIBSON; RAPPOLT, 2013), as *Ferramentas de Trabalho da Justiça Ocupacional Participativa* (FTJOP) (WHITEFORD; TOWNSEND, 2011), utiliza um modelo visual como ferramenta para mostrar um processo de prática interligado de seis pontos de *terapia ocupacional crítica* para a criação de oportunidades colaborativas, participativas de tomada de decisão para promover inclusão social e justiça. Wolf et al. (2010) desenvolveram um quadro de *Ferramentas de Trabalho para Abordar Questões de Justiça Ocupacional* favoráveis ao profissional. O quadro mostra como os profissionais podem defender mudanças na política depois de iniciar com os indivíduos, tomando como exemplo um homem de 61 anos de idade encaminhado a um Centro de Atendimento Geriátrico, cuja situação levou os profissionais a pressionar por mudanças nas políticas no Centro. A ferramenta mais recente é uma lista de verificação chamada de *Ferramentas de Trabalho Conceituais de Tecnologia Assistiva e Justiça Ocupacional* (ARTHANAT et al., 2012, p. 315). A lista de verificação pode ser utilizada para identificar o acesso à tecnologia assistiva que indivíduos ou grupos necessitam para participar das ocupações que desejam.

Os outros resultados da pesquisa estão reunidos na Tabela 1. O processo de refletir a respeito e confrontar os resultados da pesquisa deu origem à ideia de um banco de dados emergente que poderia trazer uma nova perspectiva de justiça ocupacional para antigos problemas de injustiça. A identificação das populações na Tabela 1 foi baseada, em parte, no número de artigos encontrados, e em parte no potencial de práticas de justiça ocupacional para apresentar a receptividade e a liderança profissionais em colaborar *com* populações de interesse global, pois estas enfrentam persistentes desafios sociais e econômicos. Questões e respostas referentes à injustiça ocupacional foram resumidas para seis populações: pessoas com deficiência; pessoas em situação de pobreza; refugiados, pessoas em zonas de desastres e guerras; idosos; pessoas que diferem das “normas” sociais de classe, gênero, raça, religião,

ou orientação sexual; e presidiários e pessoas em liberdade condicional<sup>5</sup>.

### 3 Um banco de dados emergente para práticas de justiça ocupacional de base populacional

Convidamos os leitores a analisar a Tabela 1 com reflexão crítica sob seu próprio ponto de vista corporal e cotidiano a respeito do conhecimento das ocupações, perguntando: Quais exemplos de justiça e injustiça ocupacional são tidos como partes integrantes do cotidiano? Essa reflexão inicial pode ser utilizada para refinar ou adicionar às questões de injustiça ocupacional resumidas na Tabela 1. As referências listadas com cada população da Tabela 1 convidam particularmente ao diálogo e à ação relacionadas a duas questões sobre as práticas de justiça ocupacional: *O que poderiam os profissionais realmente fazer quanto à educação, habitação, emprego e outras instituições* (SMITH, 2006) *para mudar as políticas, o financiamento e as leis que contribuem para a organização rotineira da injustiça ocupacional e para práticas profissionais? Como, onde e quando poderiam os profissionais trabalhar juntos e com as populações, isto é, colaborar na promoção da justiça ocupacional, e quais são os desafios?*

### 4 Discussão – Uma guinada radical

A viagem neste artigo termina com reflexões sobre as complexas relações de poder profissionais que necessitam de atenção especial por parte dos profissionais e outros que pretendem viabilizar a justiça ocupacional. *Profissionais podem realmente promover justiça ocupacional?* Poderíamos responder levemente que *não*, dada a história de dominação profissional – com a experiência profissional prevalecendo sobre outras formas de conhecimento (BELENKY et al., 1986; FREIDSON, 1986; SMITH, 2006). Profissionais, incluindo terapeutas ocupacionais (ABBERLEY, 1995), têm sido criticados por incapacitar ou oprimir as pessoas vulneráveis mais do que capacitá-las (ILLICH et al., 2010; FREIRE, 1972, 1985). Em sua formação, os profissionais são socializados para se encaixar no discurso, normas e regulamentos profissionais vigentes que *normalizam* um profissional gentil (MACKAY, 2011). Profissionais enfrentam as contradições de serem *insiders* cujo trabalho apoia

**Tabela 1.** Um banco de conhecimento emergente para práticas de justiça ocupacional de base populacional.

<b>Profissionais podem realmente promover justiça ocupacional?</b>
<p>1. <i>O que poderiam os profissionais realmente fazer quanto à educação, emprego, saúde, habitação, transporte e outras instituições (SMITH, 2006) para mudar as políticas, os recursos e as leis que contribuem para a organização rotineira, gratuita da injustiça ocupacional e para práticas profissionais?</i></p> <p>2. <i>Como, onde e quando poderiam os profissionais trabalhar juntos e com as populações de interesse, isto é, colaborar na promoção da justiça ocupacional, e quais são os desafios?</i></p>
<b>Práticas de justiça ocupacional com adultos portadores de deficiência</b>
<p>A injustiça ocupacional afetando adultos portadores de deficiência persiste em comunidades, hospitais e outros ambientes que podem deixar de atender suficientemente às ocupações culturais, direito ao trabalho, com ou sem alojamento, acesso às tecnologias assistivas necessárias, ou violência contra a mulher. Práticas de justiça ocupacional podem elaborar políticas, financiamento, legislação e programas em colaboração com, e não para, pessoas portadoras de deficiência e com organizações não governamentais, governamentais e outros colegas de profissão e suas famílias, como por exemplo: garantir que serviços de saúde reflitam ocupações culturalmente apropriadas; garantir estratégias de apoio ao emprego; criar acesso inclusivo à tecnologia assistiva e modificações em casa e no local de trabalho; sancionar defesa profissional para o direito de trabalhar com uma deficiência; elaborar sistemas de responsabilização pelo ativismo coletivo para reduzir a violência contra a mulher portadora de deficiência. “Estas ações não precisam ser grandiosas, mas sim podem ser passos pequenos e incrementais que sirvam como contexto específico e trabalhem para o objetivo maior da justiça ocupacional.” (WOLF et al., 2010, p. 17). (ARTHANAT et al., 2012; BALCAZAR; KEYS; SUAREZ-BALCAZAR, 2001; GALVIN; WILDING; WHITEFORD, 2011; HAMMELL, 2008; JAKOBSEN, 2004; KRAMER-ROY, 2011; SAKELLARIOU; SIMÓ ALGADO, 2006; SMITH; HILTON, 2008; WILDING; WHITEFORD, 2008; WOLF et al., 2010).</p>
<b>Práticas de justiça ocupacional com pessoas em situação de pobreza</b>
<p>Injustiça ocupacional persiste para aqueles que vivem em situação de pobreza e/ou sem moradia e para aqueles que experimentam grandes mudanças culturais em circunstâncias econômicas difíceis, ou em transições ocupacionais, como a de ser um jovem em um abrigo para se tornar um adulto autônomo. Práticas de justiça ocupacional podem existir para colaborar com representantes locais e de governo para desenvolver capacidades populacionais em todas as faixas etárias, financiamento, políticas, iniciativas de desenvolvimento e educação infantil, uma identidade ocupacional positiva para as pessoas de baixa renda na educação, emprego, habitação, transporte etc. “Energia local, compromisso e perícia são os fatores críticos que impulsionam o desenvolvimento de capacidades.” (VAN BRUGGEN, 2011, p. 302). (BARROS et al., 2011; CZYMONIEWICZ-KLIPPEL, 2011; GALHEIGO, 2011; KRAMER-ROY, 2011; PAGANIZZI; MENGELBERG, 2011; PAUL WARD, 2009; SIMÓ, 2011; TOWNSEND; SANDIFORD, 2012; VAN BRUGGEN, 2011).</p>
<b>Práticas de justiça ocupacional com refugiados, pessoas em zonas de desastre e guerra</b>
<p>Injustiça ocupacional persiste para populações, em qualquer lugar, que vivam como refugiados ou imigrantes após fugir da opressão, violência ou perda da terra no caso de desastre ou zonas de guerra. Práticas de justiça ocupacional podem criar e coordenar programas com refugiados, imigrantes e outros para desenvolver, por exemplo: sustentabilidade nas rotinas e hábitos, novos projetos com escolha, tomada de decisão e participação em ocupações significativas dentro do espaço e financiamento restritos, novo ativismo coletivo para desafiar o financiamento restrito e apoiar trabalhadores. “[...] oportunidades para ingressar e partilhar, e a expressão cultural através de uma série de atividades que o levaram ao contato com outras pessoas, foram especialmente importantes.” (WHITEFORD, 2005, p. 86). (BLACK, 2011; HUDSON; AOYAMA, 2011; RUSHFORD; THOMAS, 2011; THIBEAULT, 2002, 2011; WHITEFORD; WRIGHT-ST CLAIR, 2005).</p>
<b>Práticas de justiça ocupacional com idosos</b>
<p>Injustiça ocupacional persiste em inclusão social limitada devido à moradia restritiva e/ou superprotetora, ausência de transporte e tecnologia favorável à idade, renda assistencial insuficiente e atividades passatempo no atendimento residencial. Práticas de justiça ocupacional podem elaborar políticas de inclusão, de responsabilidade social e direitos com idosos, por exemplo: programas comunitários acessíveis; opções de hospedagem flexíveis para sustentar a capacidade máxima; programas com ocupações internas e externas para socialização, produtividade e participação cívica; ativismo para o transporte, tecnologia e renda assistencial favorável ao idoso e, programas-alvo ou integrados que considerem classe social, etnia (especialmente idioma), sexo, raça, orientação sexual, refugiados etc. “A intervenção deve abordar mais do que apenas a remediação de competências e habilidades.” (BERGER et al., 2012, p. 3). (BERGER et al., 2012; BROWN, 2008; FOX; QUINN, 2012; NILSSON; TOWNSEND, 2010; STADNYK, 2007; WILCOCK, 2005b).</p>

**Tabela 1.** Continuação...

<b>Práticas de justiça ocupacional direcionadas à classe, sexo, raça ou orientação sexual</b>
Injustiça ocupacional persiste na hegemonia da ordem social dominante, na qual os profissionais podem ignorar as ocupações sexuais de homens portadores de deficiência, as ocupações de pessoas transexuais, ou os desafios baseados em raça de mulheres e crianças adotivas. Práticas de justiça ocupacional podem conceber e implantar políticas, financiamento, legislação e programas com representantes de grupos sociais, como por exemplo: conscientizar e tomar medidas a respeito de sexo, orientação sexual, transexualidade e questões de classe social em hospitais e na sociedade; compromisso de apoio em ocupações espirituais para combater o racismo; desenvolvimento de projetos interdisciplinares que reconheçam diferenças sociais relacionadas a sexo, raça e classe, e promover práticas profissionais individualizadas a partir de abordagens contextuais. “[pessoas transexuais] não só enfrentaram perdas ocupacionais, tais como os papéis parentais e as ocupações religiosas, mas também ganharam novas e significativas ocupações, incluindo ativismo social e político.” (BEAGAN et al., 2012, p. 238). (ANGELL, 2012; BEAGAN; ETOWA, 2011; BEAGAN et al., 2012).
<b>Práticas de justiça ocupacional para presidiários e pessoas em liberdade condicional</b>
Injustiça ocupacional persiste para os presidiários, que estão isolados e carentes das ocupações que necessitam para manter sua saúde física, mental e espiritual, ou que não têm serviços de apoio à liberdade condicional para a reintegração na comunidade. Práticas de justiça ocupacional podem projetar e coordenar a defesa do acesso de presidiários às ocupações, como a automanutenção que os prepararia para a vida em comunidade; e programas baseados no trabalho e na vida em comunidade podem colaborar com os serviços de reinserção social para apoiar a vida comunitária sustentável. “O estresse pode ser aliviado, e ao mesmo tempo o desenvolvimento de habilidades pode ser incentivado, através apenas de mudanças sutis no ambiente prisional. Uma forma seria dar maior responsabilidade aos detentos pela sua automanutenção.” (MOLINEUX; WHITEFORD, 1999, p. 129). (MOLINEUX; WHITEFORD, 1999; MUÑOZ et al., 2011; WHITEFORD, 1997).

as mesmas relações de poder que seu ativismo almeja mudar (MURRAY, 2012; RAVENSBERGEN; VANDERPLAAT, 2009; SMITH, 1990). Ao trabalhar com grupos comunitários para mudança social, os profissionais caem na armadilha de ter que usar o financiamento e os regulamentos existentes que na verdade reproduzem a ordem social vigente (MYKHALOVSKIY; McCOY, 2002).

Alternativamente, pode-se responder que talvez os profissionais possam promover a justiça ocupacional – com uma guinada radical para usar o poder profissional nas práticas *sociais* que visam reduzir a marginalidade, a exclusão, o *apartheid*, a desfiliação, a vulnerabilidade e a privação (GALHEIGO, 2011a) e nas práticas políticas destinadas à regulação, ao financiamento e às mudanças legais (KRONENBERG; SIMÓ ALGADO, 2003). Uma comunidade forte de praticantes ativistas precisa se engajar em criar consciência crítica e coragem cívica (FREIRE, 1985, 1989, 1998), assim como um contexto regulatório compatível com a promoção da justiça ocupacional (MURRAY, 2012; WHITEFORD; TOWNSEND, 2011). A educação popular baseada em reflexão pode oferecer uma estratégia para revelar injustiça gratuita (BOURDIEU; WACQUANT, 1992; KINSELLA; WHITEFORD, 2009) e as condições sociais “[...] através das quais as pessoas que foram alienadas de sua cultura sejam incentivadas a

identificar, analisar e agir sobre suas originárias causas de opressão” (CARROLL; MINKLER, 2000, p. 23) como precursoras da transformação social (BRASHERS et al., 2002, p. 114 apud FOX; QUINN, 2012, p. 359). No campo da saúde individualizada e em contextos sociais, já foi reconhecido que os esforços para a mudança social

[...] devem se concentrar em superar os fatores extrínsecos que dificultam a participação em atividades de lazer, tais como dificuldades de transporte e limitações financeiras, permitindo a socialização e a formação de uma rede de relacionamentos. (PIERIS; CRAIK, 2004, p. 246).

Dar uma guinada radical pode significar organizar o ativismo *interprofissional* e as práticas *críticas* (GALHEIGO, 2011B; HAMMELL; IWAMA, 2012; WHITEFORD; TOWNSEND, 2011) para influenciar o que tem sido chamado de “políticas” com “p” minúscula de comunidades ou nações (KRONENBERG; SIMÓ ALGADO, 2003; POSTLE; WRIGHT; BERESFORD, 2005). A colaboração interprofissional poderia

[...] construir linhas transparentes estruturais/ organizacionais de comunicação [...] esclarecer objetivos comuns [...] reservar tempo para a formação de equipes para o estabelecimento de atividades conjuntas para os membros de



diferentes agências e para o desenvolvimento compartilhado de protocolos e documentação.” (ROBINSON; COTTRELL, 2009, p. 557).

Outras ações poderiam ser as de escrever opiniões, reunir-se para persuadir outros a tomar ações conjuntas (GORDON, 2002a, b) e desenvolver capacidades locais através de projetos que visem promover justiça (VAN BRUGGEN, 2011).

Há muitos caminhos para continuar o despertar para a injustiça ocupacional e práticas de justiça ocupacional. Teoricamente, há a necessidade de ampliar a exploração de ideias éticas, morais e filosóficas inerentes ao conceito de justiça ocupacional, e uma liderança crítica/radical se faz necessária para aplicar esse conceito na prática, como sugerido em uma ponderada revisão conceitual sobre justiça ocupacional (DUROCHER; GIBSON; RAPPOLT, 2013) e em uma proposta para rumos futuros (DUROCHER; RAPPOLT; GIBSON, 2013). Outras medidas no despertar para a injustiça ocupacional poderiam ser as de coletar e analisar histórias e imagens de injustiça persistente que poderiam ajudar na distinção entre injustiça social e ocupacional. Uma perspectiva de pesquisa de justiça ocupacional (RICHARDSON; MACRAE, 2011) poderia examinar a relação entre injustiça ocupacional e social, assim como gerar críticas, ideias e aplicações práticas com as populações de interesse para determinadas equipes de profissionais. A colaboração interprofissional poderia ser particularmente fecunda com profissionais da saúde comunitária, desenvolvimento comunitário, ecologia, economia, direito, organizações não governamentais, ciência política, serviço social e de outras áreas. Histórias contadas por pessoas que vivenciam injustiça enriqueceriam muito os diálogos sobre como e por que os profissionais podem ou não, de fato, viabilizar justiça ocupacional.

## 5 Reflexões finais

*Profissionais podem realmente promover justiça ocupacional?* A resposta elaborada neste texto é talvez. O raciocínio por trás dessa resposta tem sido o de delinear brevemente o despertar para a injustiça ocupacional e reunir recursos da língua inglesa selecionados para orientar práticas de justiça ocupacional. A pesquisa bibliográfica sugere um banco de conhecimento emergente de práticas de justiça ocupacional que poderiam atender à injustiça rotineira vivida por seis populações. As populações foram identificadas para refletir o volume de literatura encontrado e o interesse global para os desafios

sociais e econômicos associados a elas. A discussão de encerramento sobre o poder profissional e a colaboração interprofissional se destina a lançar as viagens reais que os leitores possam percorrer com a intenção de realmente promover justiça ocupacional (TOWNSEND et al., 2011).

## Agradecimentos

Os autores agradecem aqueles que foram fundamentais no lançamento da jornada para compreender a justiça ocupacional e aplicar esse conceito na prática. Os agradecimentos são estendidos especificamente aos participantes do filme do YouTube: *Estendendo a mão: a atual terapia ocupacional ativista*. Cathy McNeil era na época a coordenadora de Reabilitação Territorial, Departamento de Saúde e Serviços Sociais, Governo de Nunavut em Iqaluit. Judith Friedland é professora emérita do Departamento de Ciência Ocupacional e Terapia Ocupacional da Universidade de Toronto. Mark Sandiford é documentarista e proprietário da Beachwalker Films Inc., Prince Edward Island. Filip Dejonckheere (Ghent), Johanna Stadler-Grillmaier (Viena), Soemitro Poerbodipoero (Amsterdã), Salvador Simó Algado (Vic, Espanha) e Hanneke van Bruggen (Apeldoorn, Holanda) recebem nossos agradecimentos pelos valiosos comentários a respeito das apresentações de março de 2013 sobre *Práticas Interprofissionais de Justiça Ocupacional* feitas pela autora com a presença de seus alunos e colegas.

## Referências

- ABBERLEY, P. Disabling ideology in health and welfare - the case of occupational therapy. *Disability and Society*, London, v. 10, p. 221-232, 1995.
- ANGELL, A. M. Occupation-centered analysis of social difference: contributions to a socially responsive occupational science. *Journal of Occupational Science*, Melbourne, v. 79, n. 5, p. 309-319, 2012. <http://dx.doi.org/10.2182/cjot.2012.79.5.7>
- ARTHANAT, S. Exploring occupational justice in consumer perspectives on assistive technology. *Canadian Journal of Occupational Therapy*, Thousand Oaks, v. 79, p. 309, 2012. <http://dx.doi.org/10.1007/s10447-008-9063-z>
- ARTHUR, N.; LALANDE, V. Diversity and social justice implications for outcome approaches to evaluation. *International Journal for the Advancement of Counselling*, The Hague, v. 31, n. 1, p. 1-16, 2009. <http://dx.doi.org/10.1080/07370010802605762>
- ASTON, M. et al. Public health nurses' primary health care practice: strategies for fostering citizen participation. *Journal of Community Health Nursing*, Philadelphia, v. 26, p. 24-34, 2009. <http://dx.doi.org/10.1080/07370010802605762>

- BALCAZAR, F. E.; KEYS, C. B.; SUAREZ-BALCAZAR, Y. Empowering Latinos with disabilities to address issues of independent living and disability rights: a capacity-building approach. *Journal of Prevention & Intervention in the Community*, Melbourne, v. 21, n. 2, p. 53-70, 2001. [http://dx.doi.org/10.1300/J005v21n02\\_04](http://dx.doi.org/10.1300/J005v21n02_04)
- BARBARA, A.; WHITEFORD, G. The legislative and policy context of practice. In: WHITEFORD, G.; WRIGHT-ST CLAIR, V. (Ed.). *Occupation and practice in context*. Merrickville: Elsevier, 2005. p. 332-348.
- BARROS, D. D. et al. Brazilian Experiences in Social Occupational Therapy. In: KRONENBERG, F.; POLLARD, N.; SEKELLARIOU, D. (Ed.). *Occupational therapy without borders: towards an ecology of occupation-based practices*. London: Elsevier Press, 2011. v. 2, p. 209-215.
- BEAGAN, B. L.; ETOWA, J. B. The meanings and functions of occupations related to spirituality for African Nova Scotian women. *Journal of Occupational Science*, Melbourne, v. 18, p. 277-229, 2011. <http://dx.doi.org/10.1080/14427591.2011.594548>
- BEAGAN, B. L. et al. "This is the biggest thing you'll ever do in your life": exploring the occupations of transgendered people. *Journal of Occupational Science*, Melbourne, v. 19, n. 3, p. 226-240, 2012. <http://dx.doi.org/10.1080/14427591.2012.659169>
- BELENKY, M. F. et al. *Women's ways of knowing: the development of self, voice and mind*. New York: Basic Books, 1986.
- BERGER, S. et al. Infusing occupational justice into gerontology practice. *Gerontology Special Interest Section Quarterly*, Basel, Switzerland, v. 35, n. 1, p. 1-6, 2012.
- BESS, K. et al. Participatory organizational change in community-based health and human services: from tokenism to political engagement. *American Journal of Community Psychology*, Washington, v. 43, n. 1, 124-148, 2009. <http://dx.doi.org/10.1007/s10464-008-9222-8>
- BLACK, M. From kites to kitchens: collaborative community-based occupational therapy with refugee survivors of torture. In: KRONENBERG, F.; POLLARD, N.; SEKELLARIOU, D. (Ed.). *Occupational therapy without borders: towards an ecology of occupation-based practices*. London: Elsevier Press, 2011. v. 2, p. 217-225.
- BORELL, L. et al. Qualitative approaches in occupational therapy research. *Scandinavian Journal of Occupational Therapy*, Oslo, v. 19, n. 6, p. 521-529, 2012. <http://dx.doi.org/10.3109/11038128.2011.649782>
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. *An invitation to reflexive sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- BRASHERS, D. et al. Social activism, self-advocacy and coping with HIV illness. *Journal of Social and Personal Relationships*, London, v. 19, p. 113-133, 2002. <http://dx.doi.org/10.1177/0265407502191006>
- BROWN, C. A. The implications of occupational deprivation experienced by elderly female immigrants. *Diversity in Health and Social Care*, London, v. 5, n. 1, p. 65-69, 2008.
- BRYANT, W. Guest Editorial: Global voices, local lives: human rights and occupational therapy. *World Federation of Occupational Therapists - WFOT Bulletin*, Hong Kong, v. 62, p. 5-6, 2010.
- BRYANT, W. et al. An occupational perspective on participatory action research. In: KRONENBERG, F.; POLLARD, N.; SEKELLARIOU, D. (Ed.). *Occupational therapy without borders: towards an ecology of occupation-based practices*. London: Elsevier Press, 2011. v. 2, p. 367-374.
- CARROLL, J.; MINKLER, M. Freire's message for social workers: looking back, looking ahead. *Journal of Community Practice*, Melbourne, v. 8, n. 1, p. 21-36, 2000.
- CHRISTIANSEN, C.; TOWNSEND, E. A. *Introduction to occupation: The art and science of everyday living*. 2nd ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2010.
- CLARK, F. Reflections on the human as an occupational being: biological need, tempo and temporality. *Journal of Occupational Science*, Melbourne, v. 4, n. 3, p. 86-92, 1997. <http://dx.doi.org/10.1080/14427591.1997.9686424>
- CZYMONIEWICZ-KLIPPEL, M. Researching to learn: embracing occupational justice to understand Cambodian children and childhoods. In: KRONENBERG, F.; POLLARD, N.; SEKELLARIOU, D. (Ed.). *Occupational therapy without borders: towards an ecology of occupation-based practices*. London: Elsevier Press, 2011. v. 2, p. 375-384.
- DUROCHER, E.; GIBSON, B. E.; RAPPOLT, S. Occupational justice: a conceptual review. *Journal of Occupational Science*, Melbourne, 2013. <http://dx.doi.org/10.1080/14427591.2013.775692>
- DUROCHER, E.; RAPPOLT, S.; GIBSON, B. E. Occupational justice: future directions. *Journal of Occupational Science*, Melbourne, 2013. <http://dx.doi.org/10.1080/14427591.2013.775693>
- FOSTER-FISHMAN, P.; PIERCE, S.; VAN EGEREN, L. Who participates and why: building a process model of citizen participation. *Health Education & Behavior*, Thousand Oaks, v. 36, n. 3, p.550-569, 2009. <http://dx.doi.org/10.1177/1090198108317408>
- FOX, J.; QUINN, S. The meaning of social activism to older adults in Ireland. *Journal of Occupational Science*, Melbourne, v. 19, n. 4, p. 358-370, 2012. <http://dx.doi.org/10.1080/14427591.2012.701179>
- FRANK, G. The 2010 Ruth Zemke Lecture in Occupational Science. Occupational therapy/occupational science/occupational justice: moral commitments and global assemblages. *Journal of Occupational Science*, Melbourne, v. 19, n. 1, p. 25-35, 2012. <http://dx.doi.org/10.1080/14427591.2011.607792>
- FREIDSON, E. *Professional powers: a study of the institutionalization of formal knowledge*. Chicago: University of Chicago Press, 1986.
- FREIRE, P. *Pedagogy of the oppressed*. New York: Seabury Press, 1972.

- FREIRE, P. *The politics of education: culture, power and liberation*, transl. by D. Macedo. South Hadley: Bergin & Garvey, 1985.
- FREIRE, P. *Education for critical consciousness*. New York: Continuum, 1989.
- FREIRE, P. *Pedagogy of freedom, ethics, democracy and civic courage*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1998.
- FRIEDLAND, J. *Restoring the spirit: the beginnings of occupational therapy in Canada, 1890-1930*. [s.l.]: McGill-Queens University Press, 2011.
- GALHEIGO, S. M. Occupational therapy in the social field: concepts and critical considerations. In: KRONENBERG, F.; POLLARD, N.; SEKELLARIOU, D. (Ed.). *Occupational therapy without borders: towards an ecology of occupation-based practices*. London: Elsevier Press, 2011a. v. 2, p. 47-56.
- GALHEIGO, S. M. What needs to be done? Occupational therapy responsibilities and challenges regarding human rights. *Australian Occupational Therapy Journal*, Melbourne, v. 58, p. 60-66, 2011b. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1440-1630.2011.00922.x>
- GALVIN, D.; WILDING, C.; WHITEFORD, G. Utopian visions/dystopian realities: exploring practice and taking action to enable human rights and occupational justice in a hospital context. *Australian Occupational Therapy Journal*, Melbourne, v. 58, p. 378-385, 2011. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1440-1630.2011.00967.x>
- GENERAL ASSEMBLY OF THE UNITED NATIONS. *Universal Declaration of Human Rights*. [s.l.]: Department of Public Information, 1948. Disponível em: <<http://www.un.org/Overview/rights.html>>. Acesso em: 27 abr. 2006.
- GORDON, G. *Advocacy toolkit: practical action in advocacy*. Teddington: Tearfund. Roots Resources, 2002a.
- GORDON, G. *Advocacy toolkit: understanding advocacy*. Teddington: Tearfund. Roots Resources, 2002b.
- HAMMELL, K. W. Reflections on... well-being and occupational rights. *Canadian Journal of Occupational Therapy*, Thousand Oaks, v. 75, p. 61-64, 2008.
- HAMMELL, K. W.; IWAMA, M. Well-being and occupational rights: An imperative for critical occupational therapy, *Scandinavian Journal of Occupational Therapy*, Oslo, v. 19, p. 385-394, 2012. <http://dx.doi.org/10.3109/11038128.2011.611821>
- HASSELKUS, B. *The meaning of everyday occupation*. Thorofare: Slack, Inc., 2002.
- HOCKING, C. Working for citizenship: The dangers of occupational deprivation. *Work*, Reading, v. 41, p. 391-395, 2012.
- HUDSON, M.; AOYAMA, M. Occupational apartheid and national parks: the Shiretoko World Heritage Site. In: KRONENBERG, F.; POLLARD, N.; SEKELLARIOU, D. (Ed.). *Occupational therapy without borders: towards an ecology of occupation-based practices*. London: Elsevier Press, 2011. v. 2, p. 246-256.
- ILLICH, I. et al. *Disabling professions*. 3rd ed. London: Marion Boyars, 2010.
- JAKOBSEN, K. If work doesn't work: how to enable occupational justice. *Journal of Occupational Science*, Melbourne, v. 11, n. 3, p. 125-134, 2004.
- JARMAN, J. What is occupation? interdisciplinary perspectives on defining and classifying human activity. In: CHRISTIANSEN, C.; TOWNSEND, E. A. *Introduction to occupation: The art and science of everyday living*. 2nd ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2010. p. 81-99.
- KANTARTZIS, S.; MOLINEUX, M. The influence of Western society's construction of a healthy daily life on the conceptualisation of occupation. *Journal of Occupational Science*, Melbourne, v. 18, n. 1, p. 62-80, 2011. <http://dx.doi.org/10.1080/14427591.2011.566917>
- KINSELLA, A.; WHITEFORD, G. Knowledge generation and utilisation in occupational therapy: towards epistemic reflexivity, *Australian Occupational Therapy Journal*, Melbourne, v. 56, p. 249-258, 2009. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1440-1630.2007.00726.x>
- KRAMER-ROY, D. Occupational injustice in Pakistani families with disabled children in the UK: A PAR study. In: KRONENBERG, F.; POLLARD, N.; SEKELLARIOU, D. (Ed.). *Occupational therapy without borders: towards an ecology of occupation-based practices*. London: Elsevier Press, 2011. v. 2, p. 385-392.
- KRONENBERG, F.; POLLARD, N.; SEKELLARIOU, D. (Ed.). *Occupational therapy without borders: towards an ecology of occupation-based practices*. London: Elsevier Press, 2011.
- KRONENBERG, F.; SIMÓ ALGADO, S. *The political nature of occupational therapy*. Linköping: University of Linköping, 2003.
- MACKEY, H. Foucault, power and professional identities. In: KRONENBERG, F.; POLLARD, N.; SEKELLARIOU, D. (Ed.). *Occupational therapy without borders: towards an ecology of occupation-based practices*. London: Elsevier Press, 2011. v. 2, p. 133-141.
- MARMOT, M. et al. WHO European review of social determinants of health and the health divide. *Lancet*, London, v. 380, n. 9846, p. 1011-1029, 2012. [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(12\)61228-8](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(12)61228-8)
- MYKHALOVSKIY, E.; McCOY, L. P. Troubling ruling discourses of health: using institutional ethnography in community-based research. *Critical Public Health*, Melbourne, v. 12, n. 1, p. 17-37, 2012. <http://dx.doi.org/10.1080/09581590110113286>
- MERNAR, T. Occupation, stress, and biomarkers: measuring the impact of occupational injustice. *Journal of Occupational Science*, Melbourne, v. 13, p. 209-213, 2006. <http://dx.doi.org/10.1080/14427591.2006.9726517>
- MOLINEUX, M.; WHITEFORD, G. Prisons: From occupational deprivation to occupational enrichment. *Journal of Occupational Science*, Melbourne, v. 6, n. 3, p. 124-130, 1999. <http://dx.doi.org/10.1080/14427591.1999.9686457>
- MUÑOZ, J. P. et al. Crossing borders in correctional institutions. In: KRONENBERG, F.; POLLARD, N.;



- SEKELLARIOU, D. (Ed.). *Occupational therapy without borders: towards an ecology of occupation-based practices*. London: Elsevier Press, 2011. v. 2, p. 235-246.
- MURRAY, K. Regulating activism: an institutional ethnography of public participation. *Community Development Journal*, London, v. 4, n. 2, p. 199-215, 2012. <http://dx.doi.org/10.1093/cdj/bsr022>
- NILSSON, I.; TOWNSEND, E. A. Occupational justice - bridging theory and practice. *Scandinavian Journal of Occupational Therapy*, Oslo, v. 1, n. 1, p. 57-63, 2010. <http://dx.doi.org/10.3109/11038120903287182>
- NUSSBAUM, M. Capabilities as fundamental entitlements: Sen and social justice. *Feminist Economics*, London, v. 9, n. 2-3, p. 33-59, 2003. <http://dx.doi.org/10.1080/1354570022000077926>
- NUSSBAUM, M. C. Beyond the social contract: capabilities and global justice. *Oxford Development Studies*, Oxfordshire, v. 32, n. 1, p. 3-18, 2004.
- NUSSBAUM, M. *Frontiers of justice: Disability, nationality, species membership*. Cambridge: Harvard University Press, 2006.
- NUSSBAUM, M. Frontiers of justice. disability, nationality, species membership. *Scandinavian Journal of Disability Research*, Oslo, v. 9, n. 2, p. 133-136, 2007. <http://dx.doi.org/10.1080/15017410601003171>
- PAGANIZZI, L.; MENGELBERG, E. G. Argentina: social participation, activities, and courses of action. In: KRONENBERG, F.; POLLARD, N.; SEKELLARIOU, D. (Ed.). *Occupational therapy without borders: towards an ecology of occupation-based practices*. London: Elsevier Press, 2011. v. 2, p. 227-233.
- PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION – PAHO. *Countries to promote access to health care as a human right: international treaties are valuable tools for advancing the health of vulnerable groups*. News Release on PAHO's 50th Directing Council blog. Disponível em: <<http://new.paho.org/blogs/cd50/index.php?lang=en>>. Acesso em: 12 nov. 2010.
- PAUL WARD, A. Social and occupational justice barriers in the transition from foster care to independent adulthood. *American Journal of Occupational Therapy*, New York, v. 63, n. 1, 81. 2009. <http://dx.doi.org/10.5014/ajot.63.1.81>
- PEREIRA, R.; WHITEFORD, G. Understanding social inclusion as an international discourse: implications for enabling participation. *British Journal of Occupational Therapy*, London, v. 76, p. 112-115, 2012. <http://dx.doi.org/10.4276/030802213X13603244419392>
- PIERIS, Y.; CRAIK, C. Factors enabling and hindering participation in leisure for people with mental health problems. *British Journal of Occupational Therapy*, London, v. 67, n. 6, p. 240-247, 2004.
- POSTLE, K.; WRIGHT, P.; BERESFORD, P. Older people's participation in political activity-making their voices heard: a potential support role for welfare professionals in countering ageism and social exclusion. *Practice: Social Work in Action*, Melbourne, v. 1, n. 3, p. 173-189, 2005. <http://dx.doi.org/10.1080/09503150500285123>
- PRODINGER, B. et al. Arthritis-related occupational therapy: making invisible ruling relations visible using institutional ethnography. *British Journal of Occupational Therapy*, London, v. 75, n. 10, p. 463-470, 2012. <http://dx.doi.org/10.4276/030802212X13496921049707>
- PUUMALAINEN, J. Participation in community and political life of persons with severe disabilities. *International Journal of Rehabilitation Research*, London, v. 34, p. 274-281, 2011. <http://dx.doi.org/10.1097/MRR.0b013e32834a8fc1>
- RAPHAEL, D.; CURRY-STEVENSON, A. Surmounting the barriers: making action on the social determinants of health a public priority. In: RAPHAEL, D. (Ed.). *Social determinants of health*. 2nd ed. Toronto: Canadian Scholars' Press, 2009. p. 362-377.
- RAVENSBERGEN, F.; VANDERPLAAT, M. Barriers to citizen participation: the missing voices of people living with low income. *Community Development Journal*, London, v. 45, n. 4, p. 389-403, 2009. <http://dx.doi.org/10.1093/cdj/bsp014>
- RICHARDSON, P.; MACRAE, A. An occupational justice research perspective. In: KRONENBERG, F.; SIMÓ ALGADO, S.; POLLARD, N. (Ed.). *Occupational therapy without borders: Learning from the spirit of survivors*. Toronto: Elsevier Churchill Livingstone, 2011. p. 339-348.
- ROBINSON, M.; COTTRELL, D. Health professionals in multi-disciplinary and multi-agency teams: changing professional practice. *Journal of International Care*, Abingdon, v. 19, n. 6, p. 547-560, 2005.
- RUDMAN, D. L. et al. A vision for occupational science: reflecting on our disciplinary culture. *Journal of Occupational Science*, Melbourne, v. 15, p. 136-146, 2008. <http://dx.doi.org/10.1080/14427591.2008.9686623>
- RUSHFORD, N. A.; THOMAS, K. S. Natural disasters: challenging occupational therapists. In: KRONENBERG, F.; POLLARD, N.; SEKELLARIOU, D. (Ed.). *Occupational therapy without borders: towards an ecology of occupation-based practices*. London: Elsevier Press, 2011. v. 2, p. 185-193.
- SAKELLARIOU, D.; SIMÓ ALGADO, S. Sexuality and disability: a case of occupational injustice. *British Journal of Occupational Therapy*, London, v. 69, n. 2, p. 69-76, 2006.
- SEN, A. *The idea of justice*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2009.
- SEN, A. Human rights and capabilities. *Journal of Human Development and Capabilities*, Oxford, v. 6, n. 2, p. 151- 166, 2005. <http://dx.doi.org/10.1080/14649880500120491>
- SIMÓ, S. Universities and the global change: Inclusive communities, gardening, and citizenship. In: KRONENBERG, F.; POLLARD, N.; SEKELLARIOU, D. (Ed.). *Occupational therapy without borders: towards an*



- ecology of occupation-based practices. London: Elsevier Press, 2011. v. 2, p. 357-365.
- SMITH, D. E. *The conceptual practices of power: a feminist sociology of knowledge*. Toronto: Toronto University Press, 1990.
- SMITH, D. E. *Institutional ethnography: a sociology for people*. Walnut Creek: Altima Press, 2005.
- SMITH, D. E. *Institutional ethnography as practice*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2006.
- SMITH, D. L.; HILTON, C. L. An occupational justice perspective of domestic violence against women with disabilities. *Journal of Occupational Science*, Melbourne, v. 15, p. 166-172, 2008.
- STADNYK, R. Occupational justice. In: COPPOLA, S. et al. (Ed.). *Strategies to advance gerontology excellence*. Bethesda: AOTA Press, 2007. p. 445-462.
- STADNYK, R.; TOWNSEND, E. A.; WILCOCK, A. Occupational justice. In: CHRISTIANSEN, C.; TOWNSEND, E. A. (Ed.). *Introduction to occupation: the art and science of living*. 2nd ed. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 2010. p. 329-358.
- THIBEAULT, R. Occupation and the rebuilding of civil society: notes from the warzone. *Journal of Occupational Science*, Melbourne, v. 9, n. 1, p. 38-47, 2002. <http://dx.doi.org/10.1080/14427591.2002.9686492>
- THIBEAULT, R. Rebuilding lives and societies through occupation in post-conflict areas and highly marginalized settings. In: KRONENBERG, F.; POLLARD, N.; SEKELLARIOU, D. (Ed.). *Occupational therapy without borders: towards an ecology of occupation-based practices*. London: Elsevier Press, 2011. v. 2, p. 155-161.
- TOWNSEND, E. A. Muriel Driver Memorial Lecture: Occupational therapy's social vision. *Canadian Journal of Occupational Therapy*, Thousand Oaks, v. 60, p. 174-184, 1993. <http://dx.doi.org/10.1177/000841749306000403>
- TOWNSEND, E. A. *Good intentions overruled: a critique of empowerment in the routine organization of mental health services*. Toronto: University of Toronto Press, 1998a.
- TOWNSEND, E. A. Reflections on... occupational therapy language: Matters of respect, accountability and leadership. *Canadian Journal of Occupational Therapy*, Thousand Oaks, v. 65, n. 1, p. 45-50, 1998b. <http://dx.doi.org/10.1177/000841749806500106>
- TOWNSEND, E. A. The 2010 Townsend and Polatajko Lecture in Occupational Science. Boundaries and bridges to adult mental health: Critical occupational and capabilities perspectives of justice. *Journal of Occupational Science*, Melbourne, v. 19, n. 1, p. 8-24, 2012.
- TOWNSEND, E. A.; POLATAJKO, H. *Enabling occupation II: advancing occupational therapy vision for health, well-being and justice through occupation*. 2nd ed. Ottawa: CAOT Publications ACE, 2013.
- TOWNSEND, E. A. et al. Introducing the leadership in enabling occupation (LEO) model. *Canadian Journal of Occupational Therapy*, Thousand Oaks, v. 78, 255-259, 2011. <http://dx.doi.org/10.2182/cjot.2011.78.4.7>
- TOWNSEND, E. A.; SANDIFORD, M. *Reaching out: today's activist occupational therapy*. Disponível em: <<http://youtu.be/LIcfyQ3RwT0>>. Acesso em: 08 fev. 2012. Short version: <[http://youtu.be/\\_RXL4V505Bw](http://youtu.be/_RXL4V505Bw)>.
- TOWNSEND, E. A. et al. Linking occupation and place in community health. *Journal of Occupational Science*, Melbourne, v. 16, n. 1, p. 50-55, 2009.
- TOWNSEND, E. A.; WHITEFORD, G.; HOCKING, C. Reflections on... occupational therapy language: Matters of respect, accountability and leadership. *Canadian Journal of Occupational Therapy*, Thousand Oaks, v. 65, n. 1, p. 45-50, 1998. <http://dx.doi.org/10.1177/000841749806500106>
- TOWNSEND, E. A.; WILCOCK, A. A. Occupational justice and client-centered practice: a dialogue in progress. *Canadian Journal of Occupational Therapy*, Thousand Oaks, v. 71, n. 2, p. 75-87, 2004a. <http://dx.doi.org/10.1177/000841740407100203>
- TOWNSEND, E. A.; WILCOCK, A. A. Occupational justice. In: CHRISTIANSEN, C.; TOWNSEND, E. A. *Introduction to occupation*. Thorofare: Prentice Hall, 2004b. p. 243-273.
- VAN BRUGGEN, H. Eastern European transition countries: capability development for social reform. In: KRONENBERG, F.; POLLARD, N.; SEKELLARIOU, D. (Ed.). *Occupational therapy without borders: towards an ecology of occupation-based practices*. London: Elsevier Press, 2011. v. 2, p. 295-303.
- WHITEFORD, G. Occupational deprivation and incarceration. *Journal of Occupational Science*, Melbourne, n. 3, p. 126-130, 1997. <http://dx.doi.org/10.1080/14427591.1997.9686429>
- WHITEFORD, G. Autonomy, accountability, and professional practice: contemporary issues and challenges. *New Zealand Journal of Occupational Therapy*, Wellington, v. 54, n. 1, p. 11-14, 2007.
- WHITEFORD, G.; TOWNSEND, E. A. A participatory occupational justice framework: enabling occupational participation and inclusion. In: KRONENBERG, F.; POLLARD, N.; SEKELLARIOU, D. (Ed.). *Occupational therapy without borders: towards an ecology of occupation-based practices*. London: Elsevier Press, 2011. v. 2, p. 65-84.
- WHITEFORD, G.; TOWNSEND, E. A.; HOCKING, C. What is this occupational renaissance? *Canadian Journal of Occupational Therapy*, Thousand Oaks, v. 67, p. 59-67, 2000.
- WHITEFORD, G.; WRIGHT-ST CLAIR, V. (Ed.). *Occupation and practice in context*. Marrickville: Elsevier Australia, 2005.
- WILCOCK, A. A. A theory of the human need for occupation. *Journal of Occupational Science*, Melbourne, v. 1, n. 1, p. 17-24, 1993. <http://dx.doi.org/10.1080/14427591.1993.9686375>

- WILCOCK, A. A. *An occupational perspective of health*. Thorofare: Slack Inc., 1998a.
- WILCOCK, A. A. Reflections on doing, being, and becoming. *Canadian Journal of Occupational Therapy*, Thousand Oaks, v. 65, n. 5, p. 248-257, 1998b. <http://dx.doi.org/10.1177/000841749806500501>
- WILCOCK, A. A. Occupational Science: Bridging Occupation and Health. *Canadian Journal of Occupational Therapy*, Thousand Oaks, v. 72, p. 5-12, 2005a. <http://dx.doi.org/10.1177/000841740507200105>
- WILCOCK, A. A. Older people and occupational justice. In: McINTYRE, A.; ATWAL, A. (Eds.). *Occupational therapy and older people*. Oxford: Blackwell, 2005b. p. 14-26.
- WILCOCK, A. A. Occupational justice approach. In: WILCOCK, A. *An occupational perspective of health*. 2nd ed. Thorofare: Slack, 2006. p. 244-270. <http://dx.doi.org/10.1080/14427591.2000.9686470>
- WILCOCK, A. A.; TOWNSEND, E. A. Occupational justice: occupational terminology interactive dialogue. *Journal of Occupational Science*, Melbourne, v. 7, n. 2, p. 84-86, p. 244-270, 2000.
- WILCOCK, W.; TOWNSEND, E. A. Occupational justice. In: SCHELL, B. et al. (Ed.). *Willard and Spackman's Occupational Therapy*. 12th ed. Philadelphia: Wolters Kluwer Health, Lippincott Williams & Wilkins, 2014. p. 541-552. No prelo.
- WILDING, C.; WHITEFORD, G. Language, identity and representation: occupation and occupational therapy in acute settings. *Australian Occupational Therapy Journal*, Melbourne, v. 54, p. 180-187, 2008.
- WILSON, N. et al. Getting to social action: the youth empowerment strategies (YES!) project. *Health Promotion Practice*, Thousand Oaks, v. 9, n. 4, p. 395-403, 2008. <http://dx.doi.org/10.1177/1524839906289072>
- WOLF, L. et al. Applying an occupational justice framework. *Occupational Therapy Now*, Ottawa, Canada, v. 1, p. 15-18, 2010.
- WORLD FEDERATION OF OCCUPATIONAL THERAPISTS - WFOT. Special Issue on Human Rights. *Bulletin*, v. 62, November, 2010.
- WORLD FEDERATION OF OCCUPATIONAL THERAPISTS - WFOT. *Position statement on human rights*. [s.l.]: WFOT, 2006. Disponível em: <[http://www.wfot.com/office\\_files/Human%20Rights%20Position%20Statement%20Final.pdf](http://www.wfot.com/office_files/Human%20Rights%20Position%20Statement%20Final.pdf)>. Acesso em: 1 mar. 2013.
- WORLD FEDERATION OF OCCUPATIONAL THERAPISTS - WFOT. *Minimum Standards for the Education of Occupational Therapists*. [s.l.]: WFOT, 2002. Disponível em: <<http://www.wfot.org/ResourceCentre.aspx>>. Acesso em: 1 mar. 2013.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. *Ottawa charter for health promotion: an international conference on health promotion* Health Canada. Geneva: WHO, 1986. Disponível em: <<http://www.who.int/healthpromotion/conferences/previous/ottawa/en/>>. Acesso em: 1 mar. 2013.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. *Health for all in the twenty-first century*. Geneva: WHO, 1998. Document A51/5. Disponível em: <[http://www.euro.who.int/\\_data/assets/pdf\\_file/0003/88590/EHFA5-E.pdf](http://www.euro.who.int/_data/assets/pdf_file/0003/88590/EHFA5-E.pdf)>. Acesso em: 1 mar. 2013.
- YERXA, E. J. et al. Occupational science: the foundation for new models of practice. In: JOHNSON, J. A.; YERXA, E. J. (Ed.). *Occupational science*. New York: The Haworth Press, 1990. p. 1-17.
- ZEMKE, R.; CLARK, F. *Occupational Science: The evolving discipline*. Philadelphia: F.A. Davis, 1996.

## Contribuição dos Autores

Elizabeth Townsend e Rebecca Marval são responsáveis pela concepção, redação e análises desse artigo.

## Notas

- <sup>1</sup> Veja também críticas ao diagnóstico médico de impedimentos corporais (deficiências) como uma potencial fonte de injustiça social.
- <sup>2</sup> Discussões sobre os direitos ocupacionais ante a justiça ocupacional estão além deste estudo, consulte discussões abertas sobre este tema em Durocher et al. (2013), Hamell (2008) e Hammell e Iwama (2012).
- <sup>3</sup> A WFOT formou um Grupo Consultivo Internacional (WFOT - IAG) sobre Direitos Humanos. O IAG patrocinou um Boletim com uma Edição Especial de Direitos Humanos (WFOT, novembro de 2010, editado por W. Bryant), com oficinas realizadas desde a Ásia até a Austrália e a Europa, e apresentou recomendações para a WFOT quanto à incorporação de direitos humanos nos Padrões Mínimos para a Educação de Terapeutas Ocupacionais (documento de 2002).
- <sup>4</sup> Acesso ao YouTube inclui uma versão curta de 9,12 minutos [http://youtu.be/\\_RXL4V505Bw](http://youtu.be/_RXL4V505Bw) e uma versão completa de 25,33 minutos <http://youtu.be/LIcfyQ3RwT0>. Foi obtido consentimento do Conselho de Ética em Pesquisa em Saúde da Universidade de Dalhousie, sob o protocolo nº 2006-1433.
- <sup>5</sup> Estendemos nossas desculpas àqueles que publicaram trabalhos importantes omitidos nesta Tabela 1.